CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS

CURSO DE ODONTOLOGIA

ÁDILLA MARIA PEDROSA MENDONÇA

(TRANS)FORMAR SORRISOS - ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL PELA POPULAÇÃO TRANS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

FORTALEZA

2025

ÁDILLA MARIA PEDROSA MENDONÇA

(TRANS)FORMAR SORRISOS - ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL PELA POPULAÇÃO TRANS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Odontologia.

Orientador(a): Profa. Ma. Maria Cláudia de Freitas Lima.

FORTALEZA
2025

ÁDILLA MARIA PEDROSA MENDONÇA

(TRANS)FORMAR SORRISOS - ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL PELA POPULAÇÃO TRANS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Odontologia.

Orientador(a): Profa. Ma. Maria Cláudia de Freitas Lima.

Aprovado em: ____/____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Ma. Maria Cláudia de Freitas Lima
Centro Universitário
Christus(UNICHRISTUS)

_____

Profa. Ma. Pollyanna Bitu de Aquino
Centro Universitário Christus
(UNICHRISTUS)

_____

Profa. Dra. Danna Mota Moreira
Centro Universitário Christus
(UNICHRISTUS)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Centro Universitário Christus - Unichristus
Gerada automaticamente pelo Sistema de Elaboração de Ficha Catalográfica do Centro Universitário Christus - Unichristus, com dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M539(

Mendonça, Ádilla Maria Pedrosa.
(TRANS)FORMAR SORRISOS - ACESSO AOS SERVIÇOS DE
SAÚDE BUCAL PELA POPULAÇÃO TRANS: UMA REVISÃO DE
LITERATURA / Ádilla Maria Pedrosa Mendonça. - 2025.
70 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário Christus - Unichristus, Curso de Odontologia, Fortaleza, 2025.
Orientação: Profa. Ma. Maria Cláudia de Freitas Lima.

1. Pessoas trans. 2. Acesso aos serviços de Saúde. 3. Saúde bucal. I. Título.

CDD 617.6

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a mim. Por não ter soltado minha própria mão quando tudo parecia desmoronar. Por cada momento em que, exausta, ainda assim permaneci tentando, mesmo diante de situações em que fui levada ao meu limite emocional e físico. Este TCC não é apenas mais um dentre tantos, mas um testemunho. Retrata também a narrativa de autoconhecimento de alguém que não desistiu de ser. Hoje, reconheço, enfim, quem sou: uma pessoa trans, inteira e viva. Nas minhas veias corre o sangue da coragem e da resiliência. Mesmo em terras hostis, eu decidi florescer.

Aos meus pais, Socorro Maria Pedrosa e Francisco Átila Mendonça, agradeço eternamente. Sei que não foi simples para vocês. Vocês escolheram o amor, permanecer ao meu lado e me apoiar, ainda que isso significasse confrontar tudo aquilo em que acreditavam. Isso tem um valor incalculável para mim e é um gesto de amor maior do que qualquer palavra poderia mensurar.

Aos meus amigos mais próximos, de longa data e fiéis, vocês foram abrigo, riso e alívio. Quero que saibam o quanto são importantes para mim, pois vocês estiveram comigo durante todo esse ciclo que se encerra.

Agradeço a todos os professores/orientadores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, pois cada um, com seu conhecimento, paciência e dedicação, contribuiu de maneira significativa para minha formação profissional. Em especial, agradeço à professora Renata Mota, que marcou minha caminhada de forma única. Sua escuta, seu acolhimento e suas palavras de incentivo foram fundamentais nos momentos mais desafiadores. Agradeço principalmente por ter acreditado em mim, mesmo quando eu mesma duvidava, e ter sido aliada nessa conquista.

“E tenho comigo pensado
Deus é brasileiro e anda do meu lado
E assim já não posso sofrer no ano passado
Tenho sangrado demais
Tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro”
— Belchior.

RESUMO

De acordo com a literatura que delineia o presente estudo, a identidade de gênero configura-se diferentemente do sexo biológico. Entender esses conceitos é de fundamental importância para contextualizar o público abordado neste trabalho. No campo da saúde bucal, evidencia-se a importância da clínica ampliada que pressupõe conhecer o contexto do indivíduo visando à produção do cuidado centrado na pessoa. Todavia, o acesso aos serviços de saúde bucal, ainda é desafiador para as pessoas trans. Nesse sentido, esta Revisão de literatura teve como objetivo investigar como se dá o acesso da população trans aos serviços de saúde bucal. Como critérios de inclusão foram considerados os artigos nos idiomas em português e inglês referente aos últimos 10 anos (2015-2025) que contemplassem os descritores *Pessoas trans, Acesso aos serviços de Saúde e Saúde bucal.* A busca bibliográfica foi realizada nas Bases de Dados LILACS e PubMed, no período de março a maio de 2025 e foram encontrados 1.800 trabalhos, sendo 302 da LILACS e 1.498 da PubMed. Após a realização da leitura dos resumos dos artigos e aplicação dos critérios anteriormente citados, a pesquisa resultou na seleção de 25 trabalhos. Os resultados destacam a dificuldade de acesso das pessoas trans aos serviços de saúde bucal, a invisibilidade das especificidades da saúde, a ausência de informação e de preparo dos profissionais para lidar com as vivências trans e sua saúde bucal, a necessidade de superação do estigma, da discriminação e do preconceito de forma ampla na sociedade. Conclui-se que a promoção de um acesso efetivo e digno da população trans aos serviços de saúde bucal exige a implementação e fortalecimento de políticas públicas, inclusão da temática na graduação e pós-graduação na área da saúde, valorização da educação permanente em saúde e o compromisso ético dos profissionais com a diversidade e os direitos humanos. Transformar sorrisos de vivências atravessadas por estigmatização, como a vida de pessoas trans, significa devolver autoestima, brilho e luz a quem já sobreviveu entre as sombras.

Palavras-chave: Pessoas trans, Acesso aos serviços de Saúde e Saúde bucal.

ABSTRACT

According to the literature that frames this study, gender identity is distinct from biological sex. Understanding these concepts is essential to contextualize the population addressed in this work. In the field of oral health, the importance of comprehensive care is emphasized, which involves understanding the individual's context to deliver person-centered care. However, access to oral health services remains a challenge for transgender persons. In this context, this literature review aimed to investigate how transgender persons access oral health services. Inclusion criteria comprised articles published in Portuguese and English over the last ten years (2015–2025) that included the descriptors *Transgender Persons, Health Services Accessibility* and *Oral Health*. The bibliographic search was conducted in the LILACS and PubMed databases between March and May 2025, resulting in 1,800 studies—302 from LILACS and 1,498 from PubMed. After reading the abstracts and applying the inclusion criteria, 25 articles were selected. The results highlight the difficulties faced by transgender persons in accessing oral health services, the invisibility of their specific health needs, the lack of information and professional preparedness to address transgender experiences and oral health, and the urgent need to overcome stigma, discrimination, and prejudice within society. It is concluded that promoting effective and dignified access for transgender persons to oral health services requires the implementation and strengthening of public policies, the inclusion of the topic in undergraduate and graduate health education, the enhancement of continuing education, and an ethical commitment from professionals to diversity and human rights. Transforming the smiles of lives marked by stigmatization—such as those of transgender persons—means restoring self-esteem, radiance, and light to those who have survived in the shadows.

Keywords: Transgender Persons, Health Services Accessibility and Oral Health.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	**09**
2 OBJETIVOS	**14**
2.1 Objetivo Geral	**14**
2.2 Objetivos Específicos	**14**
3 MATERIAIS E MÉTODOS	**15**
4 RESULTADOS	**17**
5 DISCUSSÃO	**46**
6 CONCLUSÕES	**58**
REFERÊNCIAS	**60**
ANEXOS	**65**

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a literatura que delineia o presente estudo, a identidade de gênero configura-se diferentemente do sexo biológico e entender esses conceitos é de fundamental importância para contextualizar o público abordado nesse trabalho. A identidade de gênero é de caráter psicológico que pode corresponder ao sexo atribuído no nascimento, quando diz respeito às pessoas cisgêneras. Já as pessoas transgêneras não possuem a identidade de gênero e o sexo que lhes foi atribuído no nascimento alinhados. Sendo assim, o sexo biológico, não dita a identificação ou expressão de gênero de um indivíduo, sendo definido pelas características anatômicas e biológicas (Tamrat, 2022).

Historiadores têm feito cada vez mais descobertas sobre figuras transgênero no decorrer da história do mundo. Xica Manicongo, por exemplo, é considerada a primeira travesti não indígena do Brasil, a qual foi trazida do Congo para ser escravizada em Salvador no século XVI. É descrito que ela se recusava a vestir trajes e ter modos considerados masculinos da época e, desse modo, foi acusada de sodomia e feitiçaria, julgada pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição da Igreja Católica e condenada à algumas penas, dentre elas ser queimada viva em praça pública. Para evitar a condenação, abdicou das vestes que eram de sua vontade, adaptando-se de modo que se assemelhasse a um homem.

Erika Hilton, a primeira Deputada Federal negra e trans eleita na história do Brasil, elaborou uma proposição legislativa com o fito de pleitear a inscrição do nome de Xica Manicongo no Livro dos Heróis e Heroínas em Brasília por representar a resistência das travestis à criminalização das suas identidades e pelo seu direito de reconhecimento histórico (Brasil, 2024). A história de Xica foi homenageada pela escola de samba Paraíso do Tuiuti no Carnaval de 2025.

Outro exemplo conhecido foi a pintora Lili Elbe (1882-1931), considerada a primeira documentação de procedimento de cirurgia genital para afirmação de gênero, ela teve sua história retratada no filme “A Garota Dinamarquesa”, cujo papel no cinema foi interpretado por um homem cisgênero, o que levantou críticas por parte do público por não ter dado visibilidade e oportunidade de trabalho a uma atriz trans.

No entanto, ao longo da história humana há relatos mais antigos que evidenciam vivências que cruzaram barreiras de gênero, como os relatos de

comunidades indígenas que reconheceram um terceiro gênero ou dois espíritos, as hijras na Ásia, entre outros (National Geographic Brasil, 2022).

Os corpos travestis, transexuais e transgêneros (trans) são socialmente os mais vulneráveis entre lésbicas, gays, bissexuais, queers, intersexuais, assexuais e demais categorias de gênero e sexualidade (LGBTTQIA+) (Lima; Flor; Noro, 2023). A falta de amparo familiar e da sociedade, o sofrimento psíquico, o abuso de substâncias lícitas e ilícitas, a não informação e o não uso de métodos preventivos contra Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST´s) ainda são alguns determinantes sociais vinculados à realidade vivenciada por esse grupo. Podem ser citados também o uso inadequado de hormônios, os procedimentos estéticos e cirúrgicos clandestinos, a não inserção no mercado de trabalho formal, o fato de que uma parcela significativa da população trans ainda é empurrada para a informalidade ou para a prostituição como alternativa de sobrevivência (Jesus et al., 2023).

A desigualdade social exerce vários efeitos diretos e indiretos na saúde bucal de pessoas trans, como o estresse elevado e contínuo que aumenta o risco para bruxismo e dor temporomandibular, por exemplo; depressão e ansiedade que podem ter como resultado a negligência oral, o medo de dentista e o abandono do tratamento; envolvimento em comportamentos prejudiciais, como tabagismo, consumo de álcool e drogas podem contribuir para quadros clínicos de estomatite nicotínica, perda dentária, candidíase, entre outros (Tamrat, 2022).

No campo da saúde bucal, evidencia-se a importância da clínica ampliada que pressupõe conhecer o contexto do indivíduo visando à produção do cuidado centrado na pessoa, em que esta é colocada no centro das ações, participando das decisões e sendo também corresponsabilizada no processo. Ressalta-se que algumas habilidades interpessoais por parte dos profissionais da saúde são necessárias para que seja realizado um cuidado centrado na pessoa, como a escuta ativa e a empatia (Fonsêca et al., 2018). Nesse contexto, faz-se oportuno estudar o acesso da população trans aos serviços de saúde bucal, bem como os desafios enfrentados nesse processo e de que forma esse cenário marcado pela estigmatização pode ser superado.

Sabe-se que o Sistema Único de Saúde é um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, que conta com os níveis de atenção à saúde primário, secundário e terciário, sendo composto majoritariamente por serviços de saúde públicos, mas que

são complementados por determinados serviços da rede privada, os quais são financiados pelo Estado brasileiro. Contudo, o Brasil é um país marcado por profundas desigualdades, o que influencia negativamente na efetivação dos princípios doutrinários do SUS (universalidade, equidade e integralidade).

Apesar dos serviços de saúde ofertados pelo SUS, pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT+) na prática, não vivenciam de forma integral o acesso aos serviços de saúde disponibilizados pelo referido Sistema. A hegemonia da concepção heteronormativa é atrelada a dificuldade no acesso à saúde desse grupo, visto que indivíduos com orientações sexuais e identidades de gênero que diferem dessa norma, são mais predispostos a sofrer invalidação, discriminação, entre outras modalidades de violência.

O Brasil é descrito como o país do mundo onde mais pessoas LGBT+ são assassinadas (Caetano et al., 2024), apesar da existência de políticas e programas voltadas à saúde da população LGBT+, como a Política Nacional de Saúde Integral LGBT e o Programa de Processo Transexualizador no SUS (Lima; Flor; Noro, 2023). Importante pontuar que houve uma redefinição do Programa de Processo Transexualizador para que fosse permitida a inclusão de procedimentos específicos para homens trans e indivíduos transmasculinos (Thomazi et al., 2024).

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT foi implementada com o fito de promover saúde integral e minimizar o preconceito institucional sofrido por essa população, descrevendo como um dos seus objetivos específicos no seu artigo 2°, inciso II: “ampliar o acesso da população LGBT aos serviços de saúde do SUS, garantindo às pessoas o respeito e a prestação de serviços de saúde com qualidade e resolução de suas demandas e necessidades;” (Brasil, 2013, p.22).

Nesse ínterim, os serviços voltados à saúde bucal desse grupo deveriam não apenas estar resguardados, mas ser efetivados de acordo com tal Política e também em consonância com a Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB). A Atenção Básica faz-se relevante no processo de edificação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, pois ela se constitui como porta de entrada aos serviços de saúde, funcionando como centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde (Menezes et al., 2024).

A resistência política instigada pelos entraves perpassados por pessoas LGBT+ também reverbera na arte, como na música “Diaba” da cantora trans Urias, que faz

uma reflexão sobre a vivência de identidades transfemininas. A letra é marcada pela reivindicação de direitos básicos e resistência contra as leis e normas, como no trecho: “Muito prazer/Eu sou o oitavo pecado capital (...) Sua lei me tornou ilegal/Me chamaram de suja, louca e sem moral”. Urias apropria-se de um lugar pecaminoso para se empoderar e desafiar percepções morais e religiosas que a subjulgam. Por fim, a expressão “Navalha debaixo da língua” é repetida de forma a simbolizar a luta contra a opressão enfrentada por esses grupos, possuindo explicação associada à década de 80, durante período de Ditadura Militar, numa atmosfera histórica marcada pela epidemia de HIV/AIDS no Brasil.

Importante destacar nesse cenário que jornais da época eram estampados com frases de teor preconceituoso e violento: “A volta do esquadrão mata-bicha; Perigo! A invasão dos travestis” (Anexo A), fato que reafirma como os veículos de comunicação na época se referiam às identidades que se opuseram à norma social vigente de uma forma a produzir ressonâncias negativas no imaginário coletivo. De acordo com o referido noticiário:

> Eles se vestem de mulher, tomam conta de vários pontos espalhados pela cidade, são violentos e chegam a matar. No começo, seu estranho comportamento não chega a causar muitos problemas. Hoje, as notícias sobre assaltos, brigas, escândalos e assassinatos já deixam a cidade com medo (Estado de S. Paulo, 1980).

Observa-se que pessoas trans são rotuladas como perigosas e seus pronomes de tratamento não são respeitados.

Na capital paulista, a polícia instaurou uma perseguição às travestis da época com a justificativa de higienizar a cidade. Como a promoção de saúde e prevenção ao HIV ainda eram desconhecidas ou incipientes, a realidade dessa comunidade era marcada por uma marginalização ainda maior. Na época, as travestis possuíam a prostituição como meio de sobrevivência, uma realidade que ainda se perpetua hodiernamente. Além de estarem mais vulneráveis à IST, também estavam em constante ameaça da operação policial nomeada de “Operação Tarântula”.

Há um trecho do jornal Folha de S. Paulo do ano de 1987 (ANEXO B) que explica o termo dado à operação policial: “A Tarântula tem vários braços, braços longos e o objetivo é atingir várias ruas e várias avenidas”. Como forma de defesa pessoal, as travestis perseguidas escondiam navalhas pelo corpo e se automutilavam em situações que se sentiam ameaçadas para afastar os policiais, que tinham medo

do contato com seu sangue. Pode-se citar também outro mecanismo de defesa desse grupo, o dialeto Pajubá, possuindo origens na linguagem de grupos étnicos africanos, adaptados no decorrer do tempo e sendo comunicados de forma performática. Em 2018, uma questão de Linguagens do Enem, inclusive, abordou o Pajubá como um dialeto e patrimônio linguístico brasileiro.

Na atualidade, observa-se um cenário global marcado pelo avanço de discursos e políticas conservadoras, como as de Donald Trump, atual presidente dos Estados Unidos, o qual vem implementando medidas que impactam diretamente os direitos civis, à saúde e à dignidade da população trans, reforçando a realidade vulnerável já vivenciada por estas pessoas.

Como discente do curso de Odontologia, o interesse por este tema surgiu a partir da experiência de vida pessoal vivenciada pela autora, motivada a compreender de maneira mais profunda os aspectos envolvidos na temática abordada como forma de contribuir para a relevância social e acadêmica do tema, para a melhoria de vida e saúde da população trans e para Odontologia.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Investigar como se dá o acesso da população trans aos serviços de saúde bucal.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os principais desafios no acesso de pessoas trans nos serviços de saúde no Brasil;

- Relacionar ações e estratégias que promovam uma atenção integral e interprofissional à saúde de pessoas trans.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A Revisão de Literatura utilizou como critérios de inclusão os artigos nos idiomas em português e inglês referente aos últimos 10 anos (2015-2025) que contemplassem os descritores citados, a saber, *Pessoas trans, Acesso aos serviços de Saúde e Saúde bucal,* quando pesquisados.

A busca bibliográfica foi realizada nas Bases de Dados LILACS e PubMed visando assegurar uma cobertura satisfatória para o tema, uma vez que PubMed tem uma abrangência internacional de publicações na área da saúde e LILACS por contemplar a produção científica da América Latina e Caribe. Importante ressaltar que foi realizado um filtro inicial a partir do título e do resumo dos artigos.

A Revisão contemplou os artigos que versam sobre pessoas trans e o acesso aos serviços de saúde bucal, bem como, os estudos que debatem os serviços de saúde bucal no contexto brasileiro e vão além da abordagem tradicional da saúde bucal. Foram excluídos os artigos que não contemplavam o tema, os repetidos e os estudos que não foi possível acessar o texto na íntegra.

Foi utilizado o operador booleano AND para aprimorar as buscas nas plataformas citadas anteriormente de acordo com a seguinte estratégia:

- Pessoas trans AND Acesso aos serviços de Saúde

LILACS 65 resultados = 9 artigos selecionados

PubMed 331 resultados = 3 selecionados;

- Pessoas trans AND Saúde Bucal

LILACS 3 resultados = 1 selecionado

PubMed 165 resultados = 5 selecionados;

- Acesso aos serviços de saúde AND Saúde bucal

LILACS 234 resultados = 4 selecionados

PubMed 993 resultados = 2 selecionados;

- Pessoas trans AND Acesso aos serviços de Saúde AND Saúde bucal

LILACS: 0 resultados encontrados

PubMed: 9 resultados = 1 selecionado.

A busca foi realizada no período de março a maio de 2025 e foram encontrados 1.800 trabalhos, sendo 302 da LILACS e 1.498 da PubMed.

Após a realização da leitura dos resumos dos artigos e aplicação dos critérios anteriormente citados, a pesquisa resultou na seleção de 25 trabalhos.

4 RESULTADOS

A busca nas bases resultou na seleção de 25 artigos que atenderam aos critérios estabelecidos na metodologia. A tabela a seguir apresenta a síntese dos 25 trabalhos selecionados, destacando autores, ano de publicação, títulos, objetivos, materiais e métodos, principais resultados/conclusão e o periódico/fonte:

Autores/ Ano	**Título do Artigo**	**Objetivos**	**Materiais e Métodos**	**Principais Resultados/ Conclusão**	**Periódico/ Fonte**
Menezes et al. (2024)	Invisibilização e preconceitos velados: barreiras para o acesso aos serviços de atenção básica pela população trans	Investigar quais as percepções dos profissionais da Atenção Básica quanto às situações de vulnerabilidade enfrentadas pelas pessoas trans, bem como pesquisar os impedimentos que eles	Abordagem qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas com 38 profissionais de saúde atuantes das Estratégias Saúde da Família de dois municípios do interior do estado de São Paulo.	Apontaram para o desconhecimento quanto aos reais empecilhos que dificultam o acesso e seguimento de pessoas trans nos serviços de saúde, manutenção de preconceitos e ideias que	Revista brasileira de medicina de família e comunidade(online)

		consideram existir na busca dessa população por acesso a esses serviços.		reforçam estereótipos ligados ao tema e que se estendem ao exercício da profissão, falta da abordagem de assuntos relacionados à sexualidade humana na graduação de profissionais. As normativas e portarias já existentes precisam ser efetivamente postas em prática.	

Pinho, Cortes e Lacerda (2024)	Uso de Álcool e Outras Drogas Narrados por Homens Trans	Analisar como o uso de substâncias psicoativas está presente na trajetória terapêutica de homens trans em busca do processo transexualizador no SUS.	Estudo exploratório com 31 homens trans, maiores de 18 anos, admitidos em dois espaços de cuidado e acolhimento a pessoas trans do nordeste brasileiro. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e analisados por análise temática.	Dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, entraves no processo transexualizador e sentimentos de desesperança, relatados como motivadores ao uso recorrente de substâncias psicoativas. Fatores protetivos estão relacionados aos vínculos afetivos, por exemplo. Ações preventivas e políticas públicas são discutidas.	Estudos e pesquisas em psicologia (online)

Thomazi et al. (2024)	Onde estão as transmasculinidades no SUS? Perfil sociodemográfico e de acesso de homens trans e transmasculinos vinculados ao Ambulatório Trans de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2019-2021	Analisar o perfil sociodemográfico e de acesso de homens trans e transmasculinos vinculados ao Ambulatório Trans de Porto Alegre.	Trata-se de estudo transversal descritivo com base em dados dos usuários cadastrados no serviço entre 2019 e 2021.	Os usuários eram majoritariamente brancos, jovens, com mais anos de estudo e pouco inseridos no mercado de trabalho formal. A existência de um serviço com profissionais qualificados e sensibilizados em relação a pessoas trans amplia o acesso dessa população ao SUS.	Epidemiologia e Serviços e Saúde (Revista do SUS)
França (2024)	Transmasculinidades e o colapso no (cis)tema de saúde:	Identificar, no relato dos interlocutores, as principais	Estudo exploratório e qualitativo. u Utilizou-se	Os efeitos da (cis)heteronormatividade no campo da saúde	Biblioteca digital USP

	dilemas emergentes no campo da saúde sexual e reprodutiva -barreiras, estratégias e transfobia obstétrica	barreiras no acesso aos serviços de saúde especializados em saúde sexual e reprodutiva, os principais incômodos perante a assistência, e quais as estratégias construídas por eles para a fuga da transfobia institucional e busca por informação e cuidado.	da técnica de entrevistas semi-estruturadas realizadas com dois homens trans e um transmasculino.	vulnerabilizam as identidades transmasculinas, seja na produção de barreiras que impedem o acesso aos serviços de saúde ou nos consultórios de atendimento com profissionais pouco habilitados para lidar com as demandas em saúde sexual e reprodutiva desses grupos. Em decorrência disso, as transmasculinidades elaboram estratégias	

				de comunicaçã o e acolhimento em redes.	
Silva et al. (2023)	Obstáculos no acesso a serviços públicos de saúde por travestis e pessoas transexuais: revisão integrativa	Descrever obstáculos ao acesso dos serviços de saúde da população travestis e de pessoas transexuais.	Revisão integrativa, realizada no período de julho a agosto de 2022, efetuada nas bases de dados LILACS, MEDLINE, Web of Science e SCOPUS.	Observaram-se obstáculos ao acesso à saúde, como a invisibilidade das especificidades da saúde, a ausência de informação e de preparo dos profissionais, a susceptibilidade, que aparece na etapa juvenil e a resistência no cuidado às infecções sexualmente transmissívei	Revista Rene (online)

				s, destacando a necessidade de investir na produção de políticas que afirmam o direito à saúde para esse segmento da população. Verificou-se carência de estudos sobre o acesso de travestis e transgêneros à serviços de saúde.	
Gomes et al. (2023)	Atendimento na atenção primária à saúde: olhares de pessoas trans	Conhecer as vivências e demandas de pessoas transexuais ao buscar serviços de Atenção Primária à Saúde.	Pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, realizada com pessoas autodeclaradas transexuais	No cenário atual, a população trans ainda padece com dificuldades de acesso aos serviços de saúde e, portanto de	Revista de pesquisa (Universidade Federal do RJ, online)

			que utilizam os serviços de Atenção Primária à Saúde.	terem seus direitos garantidos.	
Cortes et al. (2022)	Saúde mental de mulheres transgêneras : uma revisão integrativa de literatura	Conhecer a produção científica nacional e internacional acerca da saúde mental das mulheres transgêneras de 2007 a 2017.	Revisão integrativa realizada na Biblioteca Virtual em Saúde, em abril de 2018.	Mulheres transgêneras estão expostas a maiores riscos de desenvolver em transtornos mentais, em relação às pessoas cisgêneras parecendo ter relação com o preconceito, estigma, discriminação, e negação de direitos civis.	Journal of Nursing and Health
Cunha (2022)	Estratégias para a superação das barreiras	Analisar e propor estratégias para a	Acesso às 16 bases de dados em busca de	O ponto central para superação das barreiras	Biblioteca digital USP

	de acesso aos serviços de saúde por mulheres e homens transgênero	superação das barreiras identificadas no acesso aos serviços de saúde, por pessoas transgênero.	revisões sistemáticas BDenf, LILACS, Medline, PubMed, Cinahl, Epistemonikos, Nice evidence, EMBASE, Psyinfo, Scopus, Carpha evidence, Cochrane Library, Health Systems Evidence, JBI, Web of Science e Social systems evidence.	é o enfrentamento do estigma, da discriminação e do preconceito de forma ampla na sociedade, por meio da implementação de políticas públicas, inclusão da temática na graduação, pós-graduação e na educação permanente dos profissionais de saúde e na organização dos serviços de saúde.	
Vieira et al. (2019)	Psicologia e políticas de saúde da	Compor uma reflexão sobre	Levantamento das políticas de	A Psicologia ocupa um lugar	Psicologia: Ciência e Profissão

	população trans: encruzilhadas, disputas e porosidades	algumas fronteiras que atravessam a Psicologia quando posta em contato com as demandas dos segmentos trans e com a operacionalização de políticas de saúde para este segmento.	saúde nos possibilita entender como suas construções apontam diferentes entendimentos tanto sobre a própria experiência trans quanto sobre as dinâmicas de poder que instituem a norma cisgênera como centralidade e régua a partir da qual são medidas as experiências.	estratégico dada a sua produção enquanto campo que afirma as autodeterminações de gênero e se capilariza nos mais diversos nichos do sistema de saúde, inclusive na atenção básica.	
Restar et al. (2024)	Ambiente político antitrans e sintomas de depressão e	Examinar se a conscientização e as preocupaçõe	Este estudo utiliza dados transversais coletados entre março	Os resultados deste estudo transversal são	JAMA Netw Open

	ansiedade em adultos transgêneros e não binários	s sobre o ambiente político atual referente a indivíduos trans estão associadas a sintomas de depressão e ansiedade entre adultos trans.	e abril de 2023 do Projeto Washington Priority Assessment in Trans Health (PATH), um estudo online desenvolvido por, com e para comunidade s trans.	consistentes com pesquisas que elucidam as consequênci as negativas para a saúde mental de políticas que limitam o acesso à assistência médica e fornecem insights para informar políticas e intervenções que visam os resultados de saúde mental agravados das populações trans como resultado da legislação antitrans.	
Hana et al. (2021)	Saúde transgênero	Defender a priorização	Embora o artigo discuta	Dados de todo o	Bull World Health Organ

	na educação médica	da educação médica voltada para as necessidades específicas de saúde de pessoas transgênero e de gênero diverso.	a necessidade de melhorias na educação médica, ele não detalha uma metodologia de pesquisa específica.	mundo demonstram que médicos e estudantes de medicina de pós-graduação e graduação não estão totalmente equipados para fornecer atendimento abrangente e de alta qualidade a pacientes transgêneros e de gênero diverso.	

Kaufman, Eschliman e Karver (2023)	Diferenciar sexo e gênero na pesquisa em saúde para alcançar a equidade de gênero	Destacar a necessidade de diferenciar os conceitos de sexo e gênero nas pesquisas em saúde.	Análise conceitual que examina a literatura existente sobre o tema. Os autores discutem como a confusão entre sexo e gênero pode levar a interpretações errôneas dos dados de pesquisa e propõem diretrizes para incorporar adequadamente essas distinções nos estudos de saúde.	A consistência no uso dos termos sexo e gênero, e a diferenciação entre os dois, é necessária.	Bull World Health Organ
Almeida et al.(2024)	As corporeidades das identidades LGBTQIA+ a	Analisar o papel e o potencial da cavidade bucal junto à	Ensaio teórico guiado por um percurso dialético,	O território bucal, a partir de então, torna-se um	Physis: Revista de Saúde Coletiva

	partir do território bucal: as prostéticas bocas-queer	pluralidade corpórea das identidades LGBTQIA+.	dois percursos bucais foram discernidos: um disciplinariza do pelos preceitos de uma hegemonia cristã, machista e cissexista; e o outro sob caráter de superação, questionand o a unicidade da cisheteronor ma.	possível caminho para se compreende r o percurso histórico-social das identidades LGBTQIA+ - afinal, boca é corpo, e como todas as demais formas da corporeidade , guia-se pelas normatizaçõ es socialmente construídas com as quais tecemos nossa existência.	
Tamrat (2022)	Normas de prática odontológica "transformad oras": explorando a identidade	Revisão narrativa explora pesquisas atuais para ampliar a compreensã	Busca bibliográfica eletrônica abrangente nas seguintes bases de	Vários temas emergiram da literatura, incluindo implicações psicossociai s para a	Canadian Journal of Dental Hygiene (CJDH)

	transgênero e as implicações para a saúde bucal	o e a conscientização sobre a experiência transgênero, ao mesmo tempo em que identifica necessidades de saúde bucal e propõe estratégias de inclusão para otimizar os resultados de saúde bucal.	dados online: PubMed, Google Acadêmico, CINAHL e Education Source.	saúde bucal, barreiras aos cuidados com a saúde bucal, estratégias inclusivas de prática odontológica e competência cultural dos profissionais de saúde bucal. Implementar estratégias de inclusão e conscientizar sobre a experiência transgênero contribuirá para melhores resultados em saúde bucal nessa comunidade.	
Marshall-Paquin, Boyd e	Conhecimento, atitudes e disposição	Examinar o conhecimento, as atitudes	Dentistas, profissionais de nível	Pessoas transgênero enfrentam	Canadian Journal of Dental

Palica (2023)	dos profissionais de saúde bucal para tratar pacientes transgêneros	e a disposição dos profissionais de saúde bucal em relação ao tratamento de pacientes transgênero	médio e higienistas dentais nos Estados Unidos e Canadá acessaram uma pesquisa online (N = 315) com o objetivo de avaliar conhecimento, atitudes e disposição para prestar atendimento e/ou buscar educação adicional sobre o tratamento de pessoas transgênero.	disparidades nos cuidados médicos e de saúde bucal, sendo importante abordar os fatores associados a níveis mais elevados de estigma e educar os profissionais de saúde bucal sobre como fornecer cuidados para pessoas transgênero.	Hygiene (CJDH)
Manpreet et al. (2021)	Estado de saúde bucal entre jovens adultos transgêneros: um estudo transversal	Avaliar parâmetros de saúde bucal, incluindo o crescimento e a	Estudo transversal recrutou dois subgrupos: 40 adultos transgêneros e 40 adultos	Saúde bucal precária e distúrbios significativos da mucosa oral foram relatados em	BMC Oral Health

		intensidade da Candida entre adultos transgêneros e de gênero não-conforme.	controle. Os participantes que consentiram foram entrevistados e examinados clinicamente. Dados foram obtidos utilizando os formulários de avaliação de saúde bucal da OMS. Amostras para análise do crescimento e intensidade de Candida foram coletadas da superfície dorsal da língua.	adultos transgêneros que apresentaram maior índice de fatores de risco comportamentais, como consumo de tabaco e álcool.	
Macri e Wolfe (2019)	Meu pronome preferido é ela:	Resumir pesquisas e evidências atuais sobre	Revisao de literatura. Busca bibliográfica	Os 13 artigos incluídos na revisão revelaram a	Canadian Journal of Dental Hygiene

	Compreendendo a identidade transgênero e as necessidades de cuidados com a saúde bucal	pessoas transgênero e saúde bucal.	foi conduzida nas seguintes bases de dados: PubMed, Google Scholar, EBSCO Host, Science Direct e Wiley Online Library	necessidade de os profissionais de saúde bucal estarem cientes de que gênero não é binário, nem se trata de um transtorno de saúde mental. Pessoas transgênero enfrentam maior risco de discriminação, violência, ansiedade, depressão, suicídio, abuso de substâncias e doenças sexualmente transmissíveis, além de barreiras	(CJDH)

				significativas aos cuidados de saúde, sobre as quais os profissionais de saúde bucal devem estar cientes.	
Kumar et al. (2025)	Estado de saúde e higiene bucal da população transgênero global: uma revisão sistemática e meta-análise	Visa fornecer evidências sobre o estado da saúde bucal e higiene da população transgênero em todo o mundo.	Revisão sistemática. Busca sistemática na literatura usando palavras-chave e termos de busca MESH foi conduzida usando os bancos de dados online PubMed, Medline, Google Acadêmico e EBSCO.	Pessoas transgênero frequentemente enfrentam estigma e discriminação em ambientes de saúde odontológica, o que afeta sua saúde bucal. Uma maior prevalência de abuso de substâncias, decorrente de ansiedade, falta de educação	International Journal of Environmental Research and Public Health

				adequada e baixo nível socioeconômico, leva a um aumento da prevalência de doenças bucais nessa população marginalizada. Há necessidade de políticas e reformas para avaliar sua saúde e higiene bucal e melhorar o acesso a serviços de saúde bucal nessa população.	
Barp e Júnior (2024)	Panorama histórico dos modelos de atenção e políticas de saúde bucal no Brasil: uma revisão	Descrever aos contextos históricos relacionados aos modelos de assistência e	Revisão de literatura	Embora os resultados observados na primeira década do século XXI indiquem melhorias no	Revista da faculdade de Odontologia de Porto Alegre

	de literatura	políticas de saúde bucal no Brasil, analisando seus impactos, avanços e desafios.		acesso aos serviços de saúde bucal, a literatura aponta para desafios a serem enfrentados, particularmente em relação à garantia de acesso equitativo aos serviços odontológicos em todo o país.	
Fonsêca e Botazzo (2023)	A clínica em odontologia: nexos e desconexões com a clínica ampliada de saúde bucal	Compreender a representação que a clínica assume nas práticas odontológicas, em um município de médio porte do estado de Santa Catarina.	Estudo qualitativo, cujos participantes foram 20 cirurgiões-dentistas vinculados aos serviços públicos de saúde bucal.	O estudo mostrou dificuldades diversas para incorporação da clínica, seja ela compreendida nos moldes tradicionais ou de maneira ampliada,	Revista Saúde e Sociedade

				nas práticas desenvolvidas pelos participantes do estudo.	
Galvão (2022)	Utilização de serviços odontológicos no Brasil	Analisar a utilização de serviços odontológicos no Brasil.	Estudo quantitativo, observacional, transversal, analítico. Os dados individuais foram obtidos das Pesquisas Nacionais de Saúde desenvolvidas nos anos de 2013 e 2019.	Observou-se um acesso desigual aos serviços odontológicos no Brasil. Esse cenário ocorre quando fatores sociais e facilitadores determinam quem utiliza os serviços, em detrimento da necessidade de utilização. Apesar disso, a oferta de serviços odontológicos na atenção primária é	Repositório institucional UFRN

				fator mitigador de tais desigualdades, o que demonstra um efeito positivo das estratégias adotadas na Política Nacional de Saúde Bucal.	

Fonseca, Nehmy e Mota (2015)	O valor social dos dentes e o acesso aos serviços odontológicos	Compreender as vivências, expectativas e percepção de acesso aos serviços pelas usuárias dos serviços de saúde do município de Diamantina-MG.	Pesquisa qualitativa utilizando entrevista semiestruturada e a análise de conteúdo para avaliação dos dados.	Mostram que as entrevistadas não davam, antes, importância ao cuidado com o dente, porque os procedimentos eram-lhes desconhecidos ou porque a prática dominante era a extração dentária. Hoje, valorizam os dentes e sofrem os constrangimentos sociais que causam a sua boca mal cuidada. Contudo, o acesso à restauração dos dentes pelo SUS	Revista Ciência e Saúde Coletiva

				não lhes é ainda possível. Para os filhos, percebem haver melhor acesso à informação e ao cuidado, mas para procedimentos especializados ainda encontram barreiras.	
Winkelmann et al. (2023)	A cobertura universal de saúde não pode ser universal sem saúde bucal	Destacar a importância de integrar a saúde bucal nas estratégias de cobertura universal de saúde.	Não se trata de um estudo empírico com metodologia tradicional, mas sim de uma análise crítica que visa sensibilizar formuladores de políticas e profissionais de saúde.	Não há saúde sem saúde bucal, e não há Cobertura Universal de Saúde sem cuidados de saúde bucal.	Lancet Public Health
Bastos et	Acesso a	Avaliar a	Estudo	A falta de	Brazilian

al. (2019)	serviços odontológicos e qualidade de vida relacionada à saúde bucal no contexto da atenção primária à saúde	associação entre o acesso a cuidados de saúde bucal na Atenção Primária à Saúde (APS) e a Qualidade de Vida Relacionada à Saúde Bucal	transversal. A amostra foi composta por 412 usuários residentes nas áreas de cobertura dos serviços públicos de APS que visitaram uma unidade de saúde para exame ou tratamento odontológico nos últimos 24 meses.	acesso aos serviços de saúde bucal oferecidos pela APS foi associada a uma maior prevalência de impacto na qualidade de vida dos indivíduos.	Oral Research
Jadoon et al. (2025)	Experiências de mulheres trans no acesso a cuidados de saúde bucal em um país de baixa e média renda: um estudo qualitativo do Paquistão	Mulheres trans são um dos grupos mais marginalizados do mundo, e suas experiências de preconceito impactam significativamente seu acesso a	Estudo qualitativo fenomenológico para obter insights aprofundados.	A análise revelou diversas barreiras enfrentadas por mulheres trans no acesso aos cuidados de saúde bucal, organizadas em temas principais: (1)	BMC Public Health

		cuidados odontológicos e levam ao isolamento social. Este estudo teve como objetivo explorar as experiências de mulheres trans no acesso a serviços de saúde bucal em Khyber Pakhtunkhwa, Paquistão.		Discriminação e marginalização na assistência à saúde, (2) Qualidade do atendimento e atitudes dos profissionais de odontologia, (3) Custo e acessibilidade dos cuidados odontológicos, (4) Estigma social e ausência de apoio comunitário e (5) Instalações de atendimento odontológico inclusivas. Restrições financeiras e	

				a falta de empatia por parte dos profissionais da odontologia agravam ainda mais esses desafios. Os participantes recomendaram reformas políticas, como leis antidiscriminatórias, salas de espera separadas e balcões para melhorar o acesso. Essas descobertas reforçam a necessidade de os formuladores de políticas criarem sistemas de serviços	

				odontológicos inclusivos e adaptados às necessidades das mulheres trans.	

5 DISCUSSÃO

Nesse processo analítico dos resultados encontrados, consideramos importante abordar inicialmente as concepções de identidade de gênero, sexo biológico e orientação sexual. O entendimento da sexualidade humana, de sua multiplicidade e abrangência é essencial para a promoção do acesso aos serviços de saúde, pois viabiliza uma assistência livre de estigma, discriminação e preconceitos. Desse modo, o termo orientação sexual encontra-se relacionado à atração física e/ou afetiva de cada pessoa, quer seja por uma pessoa do mesmo sexo, sexo oposto, ambos, nenhum ou a todos os gêneros (Cunha, 2022).

Kaufman, Eschliman e Karver (2023) delineiam a diferenciação entre gênero e sexo e destacam que sexo se refere principalmente a fatores biológicos, enquanto gênero está intimamente ligado a normas e papéis sociais. Quando se aborda sobre sexo, o descrevem atrelado à genética e a características sexuais, fisiológicas e anatômicas observadas, sendo categorizado principalmente como masculino e feminino. Há também os indivíduos intersexuais, os quais podem ter uma variedade de composições cromossômicas além dos cromossomos mais comuns XX ou XY. Além disso, estes podem exibir características sexuais diversas, mas são frequentemente designados ao nascer como masculinos ou femininos.

Desse modo, vale ressaltar a tabela elaborada por Tamrat (2022) com terminologias e suas respectivas definições, as quais possuem um teor didático considerável para o entendimento mais facilitado do significado de termos, como LGBTQ+, sexo, gênero, cisgênero, transgênero, intersexo, entre outros (ANEXO C).

Os indivíduos os quais não se conformam com as normas de gênero predominantes, apresentam um senso de identidade de gênero que difere de seu sexo atribuído ao nascer baseado na sua genital.

As realidades biológicas e sociais que acompanham o sexo e o gênero de uma pessoa afetam a saúde e o bem-estar desta. Evidencia-se que estes termos estão interrelacionados, mas às vezes são rotulados incorretamente ou usados de forma intercambiável em dados de saúde, comprometendo a precisão dos achados, dificultando sua interpretação, a formulação de intervenções adequadas na saúde, como o direcionamento de políticas, programas de saúde e o avanço na promoção da equidade de gênero. Essa situação pode ser ilustrada quando se avaliam dados

gerados durante a pandemia de COVID-19. Foi relatado que indivíduos do sexo masculino apresentaram maior gravidade e mortalidade para a doença, enquanto indivíduos do sexo feminino demonstraram ser mais propensos a desenvolver a condição pós-COVID-19. Fatores de gênero, como maior presença feminina em funções de cuidado (profissionais de saúde, professoras e cuidadoras de crianças e idosos) contribuíram para maior exposição ao vírus e sofrimento mental.

Há pesquisas que documentaram como a discriminação nos serviços de saúde impediu que indivíduos trans, por exemplo, buscassem testes e tratamento precoces para COVID. Diante do exposto, constata-se que é importante garantir que o sexo e gênero sejam considerados na pesquisa em saúde, pois permite uma investigação e compreensão mais aprofundadas de como esses construtos influenciam a saúde e o bem-estar nos níveis individual e populacional (Kaufman; Eschliman; Karver, 2023).

Segundo a Organização das Nações Unidas (2015), a Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável “Transformando nosso mundo”, a qual foi deliberada por Chefes de Estado e de Governo e Altos Representantes, visa uma gama de objetivos, dentre eles, um mundo que reconheça a dignidade de uma pessoa como algo fundamental, comprometendo-se a não deixar ninguém para trás. Apesar disso, as desigualdades significativas em saúde, desfechos negativos e barreiras ao acesso a cuidados ainda vêm atravessando a vivência de indivíduos transgêneros e de gênero diverso, cuja existência entra em conflito com o sistema binário normativo de sexo e gênero implementado por governos coloniais que oprimiram a diversidade de gênero em lugares em que esta fazia parte do contexto cultural local.

Constata-se que as percepções de indivíduos transgênero e de gênero diverso são impactadas pela cultura, religião e contextos históricos em que estão inseridos (Hana et al., 2021). Esse conceito binário é descrito por Tamrat (2022) como um sistema empregado para classificar sexo, gênero ou orientação sexual em categorias dicotômicas (masculino-feminino), o qual Almeida et al. (2024) também o correlacionam com a segregação das ditas “minorias sexuais e de gênero”, designação aplicada, em interface à cisheteronorma, a corpos descritos como dissidentes. Tal designação é refutada por alguns estudiosos, os quais consideram mais congruente a expressão: “maiorias silenciadas” (Almeida et al., 2024, p. 2).

Hana et al. (2021) descrevem que, em todo o mundo, há lacunas existentes nos sistemas de saúde quanto ao atendimento às necessidades gerais e específicas

desses pacientes e que eles estão mais propensos a sofrerem estigma e discriminação/transfobia quando acessam tais serviços, fato que pode ser justificado pela inclusão mínima ou nenhuma de tópicos relacionados à saúde transgênero na graduação de medicina, salvo algumas exceções.

Essa situação é agravada em países onde sistemas jurídicos criminalizam tais identidades, pois não há legislação que afirme o gênero e que proteja esses corpos da discriminação. Se não há políticas inclusivas, sujeitos trans permanecem acessando instituições, como hospitais, em que há “ausência de identidades de gênero diversas em formulários de coleta de dados hospitalares e registros eletrônicos, quartos ou enfermarias designados por sexo atribuído e falta de acesso a banheiros apropriados e inclusivos de gênero”, por exemplo (Hana et al., 2021, p 297).

Gomes et al. (2023) está em concordância com Hana et al. (2021) quando atestam que a principal causa de obstáculos enfrentados pela população trans nos serviços de saúde são os próprios profissionais que permitem que a falta de conhecimento e preconceito interfiram na forma como prestar atendimento. Kumar et al. (2025) validam os resultados desproporcionalmente piores em saúde bucal vivenciados por indivíduos transgênero impulsionados pelas desigualdades sistêmicas vivenciadas e a necessidade urgente de abordar essas questões na educação de futuros profissionais de saúde bucal. Jadoon et al. (2025), ao explorarem as experiências de mulheres trans no acesso a serviços de saúde bucal em distritos no Paquistão, revelaram também que a falta de empatia por parte desses profissionais agrava os desafios perpassados por essa população em outras esferas.

Menezes et al. (2024) conduziram entrevistas com médicos, enfermeiros e psicólogos da Atenção Primária à Saúde oriundos da Estratégia Saúde da Família de dois municípios do interior do estado de São Paulo, cuja maioria possuía especialização em saúde pública e saúde da família e comunidade, mas observou-se uma ausência de autocrítica por parte dos profissionais que, apesar de identificarem que exista ocorrência de discriminação nos estabelecimentos em que trabalham, não a reconhecem como um fator que dificulta a procura das pessoas trans pelos serviços de saúde. Também destacaram a falta da abordagem de assuntos relacionados à sexualidade humana na graduação de profissionais, visto que, quando são trabalhadas essas temáticas, são reproduzidos tabus e dado enfoque na discussão para Infecções sexualmente transmissíveis.

Vieira et al. (2019) caracterizam que o momento atual histórico e político é ímpar para as populações trans. Movimentos sociais vêm encabeçando reivindicações de direitos para a comunidade trans, produzindo capilarizações em vários âmbitos da sociedade. A ocupação de espaços desses indivíduos (ainda que poucos) nos campos de deliberação política sobre suas vidas, por exemplo, redimensionou antigos debates que eram feitos sem sua participação.

Nesse sentido, ressalta-se a campanha nomeada como Stop Trans Pathologization (2012) que suscitou diálogo com as grandes organizações de saúde responsáveis por categorizar as doenças e reverberou na 11ª revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde Relacionados (CID-11). Isto implica que, em 2018, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que neste manual (CID 11) as experiências trans não iriam mais constar no capítulo dos transtornos mentais. Essa reformulação de como eram encaradas questões de saúde relacionadas à identidade de gênero (transgênero e de gênero diverso) também foi descrita por Hana et al. (2021), os quais afirmaram que a incongruência de gênero foi movida para o novo capítulo Condições Relacionadas à Saúde Sexual. Uma conquista recente para a comunidade trans, pois, a partir desta, essas identidades passam a ser despatologizadas, refletindo nos serviços de saúde e no acesso a cuidados de afirmação de gênero, desde cuidados primários de saúde, psicoterapia até terapia hormonal e cirurgia relacionada à transição.

Ao longo dos últimos anos, marcos históricos foram importantes para possibilitar o acesso da população trans ao Sistema Único de Saúde, podendo ser citados: Programa Brasil sem Homofobia (2004), objetivando combater a violência e a discriminação contra a população LGBT e promover sua cidadania, contando com o Comitê Técnico de Saúde LBGT (CTSLGBT) do Ministério da Saúde; a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS (2006), que assegurou o uso do nome social nos documentos de identificação dos equipamentos de saúde do SUS; o movimento LGBT foi incluído no Conselho Nacional de Saúde em 2006 e foi suscitado o debate sobre a inclusão da orientação sexual e identidade de gênero na análise de Determinantes Sociais de Saúde, que foi aprovada em 2007; Portaria nº 1.707/GM/MS e a Portaria nº 457/SAS/MS (2008) instituíram no SUS o processo transsexualizador e os procedimentos a ele associados; Plano Nacional de Saúde Integral a LGBTs (2011), visando a garantia o atendimento universal, integral e equitativo à saúde LGBT. O

referido Plano menciona a necessidade especial de cuidados com a saúde mental desses usuários por serem alvos de discriminações (Portaria n. 2.836, 2011); Portaria n° 2.803 de 2013 passou a regulamentar o processo transsexualizador; 15ª Conferência Nacional de Saúde, que pautou debates referentes à população LGBT; a Resolução n°1 do Conselho Federal de Psicologia (2018) passou a regulamentar o reconhecimento da autodeterminação de identidade de gênero no exercício profissional (Vieira et al., 2019).

Evidencia-se que apenas após a redefinição do Programa de Processo Transexualizador foram incluídos procedimentos específicos para homens trans e indivíduos transmasculinos, demonstrando uma notória invisibilização desse grupo, apresentando-se ausente em dados oficiais e dificilmente abordados em pesquisas em saúde, o que afeta diretamente na análise do perfil dessa população para planejamento de políticas públicas eficazes (Thomazi et. al., 2024).

Pinho, Cortes e Lacerda (2024) justificam como escassos os estudos que tenham homens transgêneros enquanto participantes parciais ou exclusivos relacionando esse fato com a maior facilidade que essas pessoas têm de adquirir a “passabilidade cis” ou de serem lidos como homens cisgêneros em alguma medida. Também são citados motivos pelos quais homens trans não buscam se assumir publicamente: o receio de sofrer violência e ou morte. Dessa forma, evidencia-se como necessidade um censo demográfico da população trans mais preciso, para que novos indicadores de saúde sejam pensados para mapear as necessidades desses grupos (França, 2024).

Em contrapartida a essas conquistas de direitos pela população trans, um ambiente político com legislação crescente visando corroer esses avanços vem sendo orquestrado. Restar et al. (2024) conduziram um estudo transversal com 797 indivíduos trans residentes no estado de Washington, cujos resultados destacaram que as preocupações com a retirada de direitos trans foram associadas a chances significativamente maiores de sintomas de depressão e ansiedade e que o conhecimento da legislação protetiva está relacionado com menor probabilidade dessas doenças.

As explicações para as narrativas de vida da população LGBT+, a qual inclui Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Trans, Queer, Intersexos e demais da diversidade sexual e de gênero, serem atravessadas por iniquidades se sustentam no

patriarcado, machismo e sexismo predominantes nas relações humanas, os quais reconhecem como sujeitos aqueles que seguem uma normatividade cisgênera e heterossexual (Silva et al., 2023).

A cisheteronormatividade produz padrões, imposições e pode ser considerada agente de coerção no modo de experienciar a vida, o que se contrapõe com o percurso de vida da população LGBTQIA+, o qual rompe com o determinismo biológico da relação entre o “ser homem” e o “ser mulher” (Almeida et al., 2024).

França (2024) traz o conceito de ser homem ou mulher como experiência sociocultural e que, no século XXI, têm se tornado cada vez mais diversa. O gênero é tido pelo autor como um produto da História. Um marco histórico citado por ele sem precedentes para a visibilidade das transmasculinidades e redimensionamento dos sentidos e possibilidades do gênero masculino foi a gravidez de Thomas Beatie em 2007, considerado um dos primeiros homens trans a engravidar por meio da inseminação artificial.

Silva et al. (2023) corroboram com os autores anteriormente citados quando abordam que indivíduos trans são tidos como divergentes em sociedades em que o binarismo se apresenta como norma, que, apesar de existirem políticas e programas voltadas à saúde da população LGBT+, constata-se uma gama de violações aos direitos a esse grupo, como a transfobia institucional exemplificada pelo desrespeito ao nome social, atendimentos conduzidos por profissionais de saúde se limitando a abordar Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), entre outras.

Movimentos políticos LGBT+ têm se mobilizado para emergir discussões acerca da necessidade de garantia institucional pelo direito à saúde dessas pessoas, porém é notória a não priorização dessas questões levantadas nas gestões municipais, estaduais e federais, o que está alicerçado na cultura patriarcal, religiosa e de cunho preconceituoso que ainda faz parte de espaços políticos em que a representação deveria ser democrática de forma a viabilizar a implementação de políticas públicas, regulamentação destas, bem como a sua efetivação para a população trans. Na sociedade brasileira, é comprovado que a expectativa de vida permeia os 74,9 anos, mas a população trans vive até por volta de 35 anos de idade, dados que expressam o espectro de estigmatização que ainda é vivenciado por essas pessoas.

Para entender o acesso aos serviços de saúde bucal, é importante uma breve abordagem histórica de como se deu o sistema público de saúde no contexto do Brasil. Este possui uma trajetória de políticas de saúde bucal marcada por iniciativas limitadas e centradas no tratamento curativo até evoluir, ao longo dos anos, para um sistema mais inclusivo e voltado para a prevenção. Antes da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), havia uma prevalência do setor privado na prestação de serviços odontológicos e, dessa maneira, havia uma limitação no acesso aos serviços, desigualdades e tratamento curativista. Com o fito de melhorar a condição de saúde bucal da população, os modelos assistenciais foram criados, mas, ainda assim, continuavam excludentes e pouco integralizados.

Com o advento da Reforma Sanitária que ocorreu na década de 80, foi abordado um modelo de atenção à saúde de base epidemiológica, porém apenas escolas e creches foram alvos do atendimento e um alto índice de CPO-D (dentes cariados, perdidos e obturados) da população continuou sendo observado.

O artigo nº 196 da Constituição definiu a saúde como um direito de todos e um dever do Estado. A Portaria 1.444 (2000) criou o Incentivo de Saúde Bucal para financiar ações e foi responsável pela inserção de profissionais de saúde bucal no Programa de Saúde da Família (PSF). E assim, com a Constituição Federal de 1988, foi criado o SUS.

Em 2004, as diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB) foram estabelecidas através do Programa Brasil Sorridente, buscando garantir não apenas o acesso, mas prezando a integralidade do cuidado e a promoção da saúde bucal. A PNSB determinou a importância da presença de cirurgiões-dentistas em Unidades Básicas de Saúde (UBS), nos Programas de Saúde na Escola (PSE), instalação de Centros de especialidades Odontológicas (CEO) em todos os estados, de Unidades Odontológicas Móveis (UOM) e da atuação em territórios e comunidades para expandir os serviços para áreas de difícil acesso. Os Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD) foram tidos como fundamentais para reabilitação oral. A Odontologia hospitalar passou a ser conjecturada.

Relevante sublinhar nesse contexto, que em 2017, foi lançado o Projeto de Lei nº 8.131/1720, que institui a PNSB no âmbito do SUS e altera a Lei nº 8.080/90 para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS. E assim, conquista-se a Lei nº 14.572/23 que institui a Política Nacional de Saúde Bucal no Sistema Único de Saúde

(SUS) e tem como objetivos garantir a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação odontológica, individual e coletiva, inseridas no contexto da integralidade da atenção à saúde (Brasil, 2025).

Dessa forma, constata-se que, hodiernamente, apesar dos avanços notórios no acesso aos serviços de saúde bucal, a literatura aponta para desafios no que diz respeito à garantir um acesso equitativo a esses serviços em território nacional. A qualidade da saúde bucal está relacionada diretamente à exclusão social, dificuldades no acesso aos serviços de saúde, baixa escolaridade, renda insuficiente, entre outros (Barp; Júnior, 2024).

Galvão (2022) ressalta que a saúde bucal é parte inseparável da saúde geral, pois a relaciona com as condições de “saneamento, alimentação, moradia, trabalho, educação, renda, transporte, lazer, liberdade, acesso aos serviços de saúde e informação” (Galvão, 2022, p.12) e reforça a necessidade de políticas equitativas e ações que minimizem as desigualdades em saúde bucal, redução da pobreza e iniquidades regionais.

Em consonância com os demais autores citados até então, Tamrat (2022) reitera que a população trans é marginalizada por vivenciar muitas disparidades sociais e de saúde provenientes de discriminação, estigmatização e transfobia, apresentando “taxas elevadas de desemprego, falta de moradia, depressão, ansiedade, rejeição familiar, abuso físico e mental, risco de suicídio, abuso de substâncias e envolvimento em comportamentos de risco, barreiras significativas aos cuidados de saúde geral e bucal, como restrições financeiras, falta de competência cultural e preconceito entre os médicos” (Tamrat, 2022, p.132). A autora reitera que os profissionais de saúde não estão preparados para lidar com vivências trans e sua saúde bucal, retomando o que foi dito por Hana et al. (2021). Experiências negativas com assistência à saúde podem resultar em níveis mais altos de ansiedade ao atendimento, resistência e abandono de cuidados bucais. Bastos et al. (2019) demonstram que a falta de acesso aos serviços de saúde bucal ofertados pela Atenção Primária à Saúde impacta consideravelmente a qualidade de vida dos indivíduos.

Ofertar atendimento bucal de qualidade a todos os clientes é responsabilidade dos profissionais e, sendo assim, estes devem obter compreensão das experiências dessa população e como estas afetam os resultados de saúde bucal. Macri e Wolfe

(2019) discorrem sobre esse ponto de vista e revelam a necessidade dos profissionais de saúde bucal se informarem sobre questões de gênero, não atrelando-as a transtorno de saúde mental. Menezes et al. (2024) reiteraram Tamrat (2022) ao abordarem o desconhecimento desses profissionais quanto às dificuldades de acesso e seguimento de pessoas trans nos serviços de saúde. É citado uma resposta psicológica denominada estresse minoritário, o qual ocorre quando grupos marginalizados enfrentam níveis crônicos de estresse aumentado.

Ao ser analisado sob a perspectiva da saúde bucal, tal estresse pode ser o fator causal de inflamação prolongada e risco para doença periodontal, risco de estomatite aftosa, herpes labial, bruxismo e dor temporomandibular. Aumento nas taxas de negligência oral, medo odontológico e abandono de tratamento são bastante prevalentes nessa comunidade, bem como comportamentos prejudiciais, como tabagismo, consumo de álcool e uso de drogas ilícitas. Estes hábitos de alto risco produzem consequências à saúde bucal, como estomatite nicotínica, perda de dentes, candidíase, fibrose, leucoplasia e câncer (Tamrat, 2022). Os resultados do estudo observacional transversal de Manpreet et al. (2021), realizado em Bangalore (Índia) durante um período de 2018 a 2019, destacaram a presença de distúrbios significativos da mucosa oral em adultos transgêneros associados a uma maior taxa de hábitos sociais prejudiciais, sendo a colonização da cavidade oral por espécies de Candida significativa entre os transgêneros.

Cortes et al. (2022) ratificam que depressão, ansiedade, ideação/tentativa de suicídio, abuso de álcool e outras drogas, os quais estão diretamente relacionados com o não acesso aos serviços de saúde, transfobia e estigma, são prevalentes em mulheres transgêneras, evidenciando que mulheres transgêneras estão expostas a maiores riscos de desenvolverem problemas de saúde mental em relação às pessoas cisgêneras.

Pinho, Cortes e Lacerda (2024) identificaram que o uso abusivo de substâncias psicoativas por homens trans estava atrelado a entraves no acesso ao mercado de trabalho, vínculos familiares e sociais frágeis, discriminação, preconceito internalizado e solidão. O consumo abusivo de álcool e outras drogas também aparece relacionado a um momento da trajetória de vida desses indivíduos quando houveram dificuldades no acesso ao processo transexualizador, implicando na descontinuidade ou no uso da hormonização sem acompanhamento profissional, o que gera angústias e frustrações.

A conquista da independência financeira, a qual possibilita liberdade individual, o apoio familiar e de vínculos afetivos como estratégias de enfrentamento para lidar com cenários violentos são tidos como alguns exemplos de fatores protetivos para o uso controlado de substâncias psicoativas.

Cortes et al. (2022) ponderam que a saúde mental de mulheres trans, constantes vítimas de transfobia e feminicídio, deve ser considerada na assistência integral à saúde e que é urgente romper com esse ciclo de constantes exclusões e preconceitos que se iniciam na família, na escola, no trabalho informal, no não ingresso na universidade e no não acesso aos serviços de saúde. Nessa perspectiva, a família também se destacou como possível representação de intolerância quando não aceita o gênero do indivíduo, causando-lhe mais sofrimento. Os autores também destacaram, assim como Pinho, Cortes e Lacerda (2024), que o acesso ao processo transexualizador e a garantia dos direitos civis, como a mudança do nome social, promovem saúde e contribuem para a melhor qualidade de vida para esses indivíduos.

No que se refere ao tratamento hormonal e seus efeitos na cavidade oral, não há pesquisas consideráveis e consistentes, contudo alguns estudos mostraram densidade óssea alterada para homens e mulheres transgêneros, o que expõe esses indivíduos a um maior risco de fraturas de mandíbula. A deficiência de estrogênio pode estar associada à osteoporose e à doença periodontal. Quando se aborda hormônios sexuais, flutuações de seus níveis estão relacionados a uma reação inflamatória exagerada, gengivite e incidência de granulomas piogênicos. Considerando o que ocorre em indivíduos do sexo feminino durante a menopausa, existe predisposição a risco aumentado de xerostomia, líquen plano, penfigoide, síndrome de Sjögren e síndrome da boca ardente. Comportamentos sexuais de risco, uso inseguro de agulhas envolvendo injeções de hormônios, drogas ou silicone para aprimoramentos corporais podem aumentar as taxas de incidência de HIV (Tamrat, 2022).

Ao nascimento, a boca humana é conduzida por instintos de sugar, babar, balbuciar, sorrir, entre outros, mas que será atravessada por um complexo processo de disciplinarização guiada por discursos regulatórios e de normalização dos sujeitos, ou seja, cisheteronormatividade influencia as corporeidades e reverbera na cavidade bucal.

De acordo com a teoria social em saúde desenvolvida por Botazzo (2006), a bucalidade pode ser definida como linguagem dos trabalhos sociais que a boca

humana desenvolve (manducação, erótica e linguagem), boca é corpo, deixando de ser “um espaço puramente dentarizado e tornando-se um território corpóreo continuadamente construído e socialmente influenciado” (Almeida et al., 2024, p. 8), um território corpóreo biopsicossociocultural. Em consonância com esse conceito, Winkelmann et al. (2023) destacam que não há saúde sem saúde bucal e que a cobertura universal de saúde não pode ser considerada de fato universal sem saúde bucal. Para Fonseca, Nehmy e Mota (2015), não é possível estabelecer uma fronteira entre o aspecto biológico e social do dente, sendo ele considerado um fator crucial na formação da imagem das pessoas, devendo a assistência à saúde bucal do SUS incorporar a dimensão estética do dente como um direito social.

Na trajetória dessa Revisão, Almeida et al. (2024) descreve que as questões de gênero e sexualidade são pouco ou nem mesmo consideradas na prática clínica odontológica, reforçando o que os outros autores salientam. O processo saúde-doença bucal da população LGBTQIA+ é influenciado pelo sofrimento pelo qual essas pessoas perpassam durante as suas vidas e precisa ser considerado na produção do cuidado. O cuidado com o território bucal da população LGBTQIA+ deveria se iniciar “da boca pra fora” na perspectiva de acolher, reconhecer a identificação dos pacientes, seja sua identidade de gênero cis ou transgênero, sua sexualidade e seu nome social retificado ou não por meio de certidões. O assistir odontológico também seria da “boca pra dentro” quando os profissionais se comprometem a compreender os fatores biopsicossocioculturais que estão atrelados a saúde e doença da população LGBTQIA+.

Nessa compreensão, Marshall-Paquin, Boyd e Palica (2023) reforçam que educar profissionais de saúde bucal aumenta o conhecimento, a confiança e o conforto no atendimento a pacientes transgêneros. Fonsêca e Botazzo (2023) salientam que o modelo tradicional de prática clínica não é suficiente, exigindo inovações como a inclusão da clínica ampliada, sendo esta responsável por desviar o foco restrito às lesões dentárias para o sujeito. O Cuidado Centrado na Pessoa (CCP) é descrito pelos autores como um modelo que busca construir projetos terapêuticos partilhados e dividir a responsabilidade no desenvolvimento deles. Os valores, desejos, necessidades dos sujeitos e de suas famílias são considerados na produção de cuidado.

Destarte, observou-se nesse processo de pesquisa, um crescente interesse pelo tema nos últimos anos, o que expressa um avanço no reconhecimento das demandas de pessoas trans, representando um passo importante no que diz respeito a fomentar o conhecimento sobre suas vivências que impactam na sua saúde geral e bucal, bem como, oferecer subsídios para constatar a necessidade de uma implementação efetiva de seus direitos ceifados.

6 CONCLUSÕES

O estudo reafirma que a população trans vivencia uma gama de desafios no acesso aos serviços de saúde, incluindo os de saúde bucal, destacando-se preconceitos sustentados no patriarcado, machismo e sexismo predominantes nas relações humanas que se manifestam pela discriminação institucional e falta de preparo dos profissionais para atender esses indivíduos, por exemplo. Essas barreiras são agravadas pela não efetivação na prática de políticas públicas voltadas para esse grupo e pela fragilidade na formação acadêmica dos profissionais da saúde. Tais profissionais não estão totalmente equipados para fornecer atendimento abrangente e de alta qualidade a pacientes transgêneros e de gênero diverso.

Os serviços de saúde bucal necessitam desenvolver uma prática odontológica "transformadora" visando estabelecer um ambiente acolhedor para a população LGBTQIA+, como uso de pronomes que reflitam sua identidade de gênero, seções no prontuário odontológico para "sexo" e "identidade de gênero", banheiro individual neutro em termos de gênero (sem etiquetas masculinas ou femininas na porta) e treinamentos para a equipe de colaboradores sobre diversidade e inclusão. A instalação de placas proibindo a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero nos estabelecimentos públicos e privados, assim como o estabelecido pelas Leis nº 17.480/2021 e nº18.376/2023 no Ceará, configura-se uma estratégia inclusiva efetiva.

Dessa maneira, pacientes trans podem se sentir mais confortáveis em buscar tratamento, bem como, dar continuidade ao processo de cuidado.

O presente trabalho propõe uma educação permanente para os profissionais, incorporando conceitos de cuidado de afirmação de gênero em todo o currículo e abordando a diversidade de gênero como uma variação normal das experiências humanas. As ações de cuidado para essa população não podem mais focar apenas em saúde sexual e uso abusivo de álcool e outras drogas, visto que uma abordagem integral da pessoa deve ser garantida. Há também a necessidade de um censo demográfico da população trans com maior precisão para que novos indicadores de saúde consigam mapear as necessidades desses grupos.

Conclui-se que a promoção de um acesso efetivo e digno da população trans aos serviços de saúde bucal exige a implementação e fortalecimento de políticas

públicas, inclusão da temática na graduação e pós-graduação na área da saúde, valorização educação permanente em saúde e o compromisso ético dos profissionais com a diversidade e os direitos humanos.

Transformar sorrisos de vivências atravessadas por estigmatização, como a vida de pessoas trans, significa devolver autoestima, brilho e luz a quem já sobreviveu entre as sombras. É um ato revolucionário!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. E. de; ALMEIDA, V. de; BOTAZZO, C.; MIALHE, F. L. As corporeidades das identidades LGBTQIA+ a partir do território bucal: as prostéticas bocas-queer. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 34, e34045, 2024. DOI: 10.1590/S0103-7331202434345. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/6NQ36njfsZF47p3JDRjttqM/. Acesso em: 11 jun. 2025.

BARP, N. R.; JÚNIOR, O. L. A. Panorama histórico dos modelos de atenção e políticas de saúde bucal no Brasil: uma revisão de literatura. Revista da Faculdade de Odontologia de Porto Alegre, Porto Alegre, v. 65, n. 1, e135822, jan. 2024. DOI: 10.22456/2177-0018.135822. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistadaFaculdadeOdontologia/article/view/135822/93479. Acesso em: 11 jun. 2025.

BASTOS, L. F. et al. Acesso aos serviços odontológicos e qualidade de vida relacionada à saúde bucal no contexto da atenção primária à saúde. Braz. Oral Res., São Paulo, v. 33, p. e018, 15 ago. 2019. DOI: 10.1590/1807-3107bor-2019.vol33.0018. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31432923/. Acesso em: 11 jun. 2025.

BOTAZZO, Carlos. Sobre a bucalidade: notas para a pesquisa e contribuição ao debate. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 7–17, mar. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/TVMzMXvf9kMQS6WGThpsY6k/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 jun. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 250, de 9 de fevereiro de 2024. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2386916. Acesso em: 22 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília: MinistériodaSaúde,2017.Disponívelem:https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica_2017.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: Ministério da Saúde, 1. ed., 1. reimp., 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 24 jun. 2025.

CAETANO, C. R. de L.; RODRIGUES, M. P.; AMANCIO, A. M.; ALMEIDA, L. N. de; BARRA, B. A.; MAITO, S. de O.; FERREIRA, M. A. F. POPULAÇÃO LGBT NOS SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS: NÍVEL DE INFORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS CIRURGIÕES-DENTISTAS DA ATENÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE NATAL/RN. Revista Ciência Plural, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 1–16, 2024. DOI: 10.21680/2446-7286.2024v10n3ID34693. Disponível em:

https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/34693. Acesso em: 28 abr. 2025.

CEARÁ (Estado). Lei nº 17.480, de 17 de maio de 2021. Determina a fixação de avisos nos estabelecimentos públicos ou privados contra a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. Palácio da Abolição, Fortaleza, 17 maio 2021. Disponível em: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2021/17480.htm. Acesso em: 24 jun. 2025.

CEARÁ (Estado). Lei nº 18.376, de 25 de maio de 2023. Altera dispositivos da Lei nº 17.480, de 17 de maio de 2021. Diário Oficial do Estado, Fortaleza, 26 maio 2023. Disponível em: https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/direitos-humanos-e-cidadania/item/8335-lei-n-18-376-de-25-05-23-d-o-26-05-23. Acesso em: 24 jun. 2025.

CORTES, H. M. et al. Saúde mental de mulheres transgêneras: uma revisão integrativa de literatura. Journal of Nursing and Health, v. 12, n. 3, 27 dez. 2022. DOI: 10.15210/jonah.v12i3.21706. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/21706. Acesso em: 11 jun. 2025.

CUNHA, M. R. Estratégias para a superação das barreiras de acesso aos serviços de saúde por mulheres e homens transgênero. 2022. 211 f. Tese (Doutorado em Enfermagem em Saúde Coletiva) — Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 24 ago. 2022. DOI: 10.11606/T.7.2022.tde-05112024-144618. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7143/tde-05112024-144618/pt-br.php. Acesso em: 11 jun. 2025.

FONSÊCA, G. S. et al. Redesenhando caminhos na direção da clínica ampliada de saúde bucal. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 1174–1185, out.–dez. 2018. DOI: 10.1590/S0104-12902018180117. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/x9dZRRcYCT9ZHXNtDVD3nBc/. Acesso em: 11 jun. 2025.

FONSÊCA, G. S.; BOTAZZO, C. A clínica em odontologia: nexos e desconexões com a clínica ampliada de saúde bucal. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 32, n. 1, e200277, abr. 2023. DOI: 10.1590/S0104-12902023200277pt. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/gPH6YnSvwYJ4ZbP9FPSfxfr/. Acesso em: 11 jun. 2025.

FONSECA, L. L. V.; NEHMY, R. M. Q.; MOTA, J. A. C. O valor social dos dentes e o acesso aos serviços odontológicos (The social value of teeth and access to dental health services). Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 20, n. 10, p. 3129–3138, out. 2015. DOI: 10.1590/1413-812320152010.00172015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320152010.00172015. Acesso em: 11 jun. 2025.

FRANÇA, G. M. Transmasculinidades e o colapso no (cis)tema de saúde: dilemas emergentes no campo da saúde sexual e reprodutiva — barreiras, estratégias e transfobia obstétrica. 2024. 108 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) —

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6143/tde-16052024-142427/. Acesso em: 11 jun. 2025.

GALVÃO, M. H. R. Utilização de serviços odontológicos no Brasil (Use of dental services in Brazil). 2022. 155 f. Dissertação (Mestrado) — [s.n.], Natal, 2022. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/esLa/biblio-1435428. Acesso em: 11 jun. 2025.

GOMES, A. C. M. da S.; SOUSA, F. J. G.; JANINI, J. P.; VARGAS, L. A.; GOMES, M. S.; LEMOS, A. Atendimento na atenção primária à saúde: olhares de pessoas trans. Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online, Rio de Janeiro, v. 15, 2 set. 2023. DOI: 10.9789/2175-5361.rpcfo.v15.12260. Disponível em: https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/12260. Acesso em: 11 jun. 2025.

HANA, T. et al. Transgender health in medical education. Bulletin of the World Health Organization, Genebra, v. 99, n. 4, p. 296–303, abr. 2021. DOI: 10.2471/BLT.19.249086. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33953447/. Acesso em: 11 jun. 2025.

JADOON, A. H. et al. Experiências de mulheres trans no acesso a cuidados de saúde bucal em um país de baixa e média renda: um estudo qualitativo do Paquistão. BMC Public Health, [S.l.], v. 25, p. 22073, 10 mar. 2025. DOI: 10.1186/s12889-025-22073-z. Disponível em: https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-025-22073-z. Acesso em: 11 jun. 2025.

JESUS, M. K. M. R. et al. Experiências de mulheres transexuais no sistema de saúde: visibilidade em direção à equidade. Interface (Botucatu), v. 27, e220369, 2023. DOI: 10.1590/interface.220369. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/FFLKPsJCkvKb3Hg9YbK9c5N/. Acesso em: 11 jun. 2025.

KAUFMAN, M. R.; ESCHLIMAN, E. L.; KARVER, T. S. Differentiating sex and gender in health research to achieve gender equity. Bulletin of the World Health Organization, Genebra, v. 101, n. 10, p. 666–671, out. 2023. DOI: 10.2471/BLT.22.289310. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37772198/. Acesso em: 11 jun. 2025.

KUMAR, V. et al. Oral health and hygiene status of global transgender population: a living systematic review and meta-analysis. International Journal of Environmental Research and Public Health, Basel, v. 22, n. 3, 14 mar. 2025. DOI: 10.3390/ijerph22030433. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40238508/. Acesso em: 11 jun. 2025.

LIMA, R. R. T.; FLOR, T. B. M.; NORO, L. R. A. Systematic review on health care for transvestites and transsexuals in Brazil. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 57, p. 19, 14 abr. 2023. DOI: 10.11606/s1518-8787.2023057004693. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/rsp/2023.v57/19/pt/. Acesso em: 11 jun. 2025.

MACRI, D.; WOLFE, K. My preferred pronoun is she: Understanding transgender identity and oral health care needs. Canadian Journal of Dental Hygiene, [S. l.], v. 53, n. 2, p. 110–117, jun. 2019. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33240348/. Acesso em: 11 jun. 2025.

MANPREET, L. et al. Oral health status among transgender young adults: a cross-sectional study. BMC Oral Health, v. 21, n. 575, 12 nov. 2021. DOI: 10.1186/s12903-021-01945-x. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34772385/. Acesso em: 11 jun. 2025.

MARSHALL-PAQUIN, T. L.; BOYD, L. D.; PALICA, R. J. Knowledge, attitudes, and willingness of oral health professionals to treat transgender patients. Canadian Journal of Dental Hygiene, Ottawa, v. 57, n. 3, p. 161–171, out. 2023. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37969424/. Acesso em: 11 jun. 2025.

MENEZES, L.; SILVA, L.; MURGO, C.; RAHE, B. Invisibilização e preconceitos velados: barreiras para o acesso aos serviços de atenção básica pela população trans. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 19, n. 46, e3961, 12 jul. 2024. Disponível em: https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/3961. Acesso em: 11 jun. 2025.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. Como historiadores estão documentando a vida de pessoas transgênero. 30 jun. 2022. Disponível em: https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2022/06/como-historiadores-estao-documentando-a-vida-de-pessoas-transgenero. Acesso em: 22 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. [S.l.]: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel. Acesso em: 8 jun. 2025.

PINHO, P. H.; CORTES, H. M.; LACERDA, L. C. S. Uso de álcool e outras drogas narrados por homens trans. Estudos e Pesquisas em Psicologia, 19 dez. 2024. DOI: 10.12957/epp.2024.74993. Disponível em: https://periodicos.ufrj.br/index.php/psicologia/article/view/74993. Acesso em: 11 jun. 2025.

RESTAR, A. et al. Antitrans Policy Environment and Depression and Anxiety Symptoms in Transgender and Nonbinary Adults. JAMA Network Open, 1 ago. 2024, v. 7, n. 8, e2431306. DOI: 10.1001/jamanetworkopen.2024.31306. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39172447 (PubMed). Acesso em: 11 jun. 2025.

SILVA, L. S. R.; CRUZ, L. M. F. S.; CUNHA JUNIOR, L. V. S.; SILVA FILHO, H. M.; PEREIRA, D. M. R.; ARAÚJO, E. C. de. Obstáculos no acesso a serviços públicos de saúde por travestis e pessoas transexuais: revisão integrativa. Rev Rene (Online), v. 24, e81811, 2023. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1422538. Acesso em: 11 jun. 2025.

TAMRAT, J. "Trans-forming" dental practice norms: exploring transgender identity and oral health implications. Canadian Journal of Dental Hygiene, Ottawa, v. 56, n. 3, p. 131–139, out. 2022. DOI: 10.15168/cjdh.2022.007. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36451990/. Acesso em: 11 jun. 2025.

THOMAZI, G. L.; AGUILAR, G. T.; ROCHA, A. F.; CARVALHO, N. P.; NEVES, M. Onde estão as transmasculinidades no SUS? Perfil sociodemográfico e de acesso de homens trans e transmasculinos vinculados ao Ambulatório Trans de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2019-2021. Epidemiologia e Serviços de Saúde, São Paulo, v. 33, suplemento especial, e2024133, 04 nov. 2024. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ress/2024.v33nspe1/e2024133/pt/. Acesso em: 11 jun. 2025.

VIEIRA, E. S. et al. Psicologia e políticas de saúde da população trans: encruzilhadas, disputas e porosidades. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39, suplemento special (spe 3), e228504, 2019. DOI: 10.1590/1982-3703003228504. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/KXnrmcZpnk9p7v9XqBPGqYn/?lang=pt. Acesso em: 11 jun. 2025.

WINKELMANN, J.; LISTL, S.; VAN GINNEKEN, E.; VASSALLO, P.; BENZIAN, H. A cobertura universal de saúde não pode ser universal sem saúde bucal. Lancet Public Health, [S.l.], v. 8, n. 1, p. e8–e10, jan. 2023. DOI: 10.1016/S2468-2667(22)00315-2. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36516876/. Acesso em: 11 jun. 2025.

ANEXOS

ANEXO A – Manchete transfóbica que reforçou estigmas contra travestis na mídia brasileira

PERIGO!

A INVASÃO DOS TRAVESTIS

Eles se vestem de mulher, tomam conta de vários pontos espalhados pela cidade, são violentos e chegam a matar. No começo, seu estranho comportamento não chegou a causar muitos problemas. Hoje, as notícias sobre assaltos, brigas, escândalos e assassinatos já deixam a cidade com medo.

Há poucos dias, um antiquário foi jogado debaixo de um carro na República do Líbano e morreu, na frente da mulher e dos filhos. O que a cidade, a Polícia e a Justiça têm a dizer sobre os travestis? O ESTADO mostra o problema, em matéria especial, sexta e sábado.

O ESTADO DE S. PAULO

EDIÇÕES DE SEXTA E SÁBADO

Fonte: ESTADO DE S. PAULO (1980)

ANEXO B - A “Operação Tarântula” exemplifica a perseguição policial legitimada pelo discurso midiático

A-20 2.º caderno CIDADES Domingo, 1.º de março de 1987 FOLHA DE S. PAULO

Polícia Civil “combate” a Aids prendendo travestis

Da Reportagem Local

A Polícia Civil do Estado resolveu entrar no “combate” à Aids na cidade de São Paulo. Com este objetivo, foi lançada na madrugada de anteontem a “Operação Tarântula” um comando especial de policiamento que visa realizar detenções em flagrante de travestis nos principais locais de prática do ‘trottoir’ aliciamento de “fregueses” nas vias públicas. As primeiras ações da “Tarântula” já resultaram em 56 detenções, segundo Márcio Prudente Cruz, 52, delegado-chefe do Departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo (Degran). Cruz afirma que a operação deverá durar o ano todo.

A operação está sob o comando do titular da Delegacia Seccional Sul, delegado Marcelo Alencar Aranha, e conta com uma equipe composta pelos titulares dos distritos policiais de Vila Clementino, Itaim-Bibi, Campo Belo e Vila Mariana (bairros da zona sul de São Paulo).

Segundo Cruz, o objetivo da “Operação Tarântula” é basicamente “espantar a freguesia” e assim diminuir a propagação da doença. “Os tempos de Nostradamus estão chegando”, diz. Ele afirma acreditar que estamos num período pré-apocalíptico. No entanto, a operação não será efetuada durante o Carnaval, já que “os travestis tiram folga nesta época”, declara.

Cruz nega ter dito que pretende enquadrar os detidos na Lei de Segurança Nacional, ou que pretenda submetê-los a testes de Aids no Instituto Médico Legal, conforme foi publicado ontem no jornal “O Globo”. Para ele, os travestis podem responder a processos por ultraje ao pudor público e crime de contágio venéreo.

A respeito do nome dado à operação policial, Cruz diz que a autoria é do delegado Aranha. “A Tarântula tem vários braços, braços longos, e o objetivo é atingir várias ruas e várias avenidas onde se efetua o ‘trottoir’ indecente”.

Tarântula é uma aranha européia

Segundo o “Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa”, “tarântula” é uma espécie de aranha européia da família das lieosídeos, cuja picada causa febre, delírio e, segundo a crença popular, singulares sintomas que levariam o doente a cantar e dançar. De acordo com a enciclopédia Lellos Universal, sua picada causa abatimento e profunda melancolia, daí os antigos acreditarem que a vítima devesse agitar-se ininterruptamente para sair desse estado.

As tarântulas (que, segundo a enciclopédia Mirador Internacional, medem em média 2,5 centímetros e possuem oito olhos), foram preferencialmente perto de cursos d’água ou piscinas, embora não saibam nadar.

“Tarântula” é também o nome de um filme realizado pelo diretor norte-americano Jack Arnold, em 1955, época em que surgiram algumas das principais películas do gênero horror.

Dropes

Acidente na Régis Bittencourt mata quatro e fere dois

Da Reportagem Local

Um acidente envolvendo dois caminhões e três automóveis na rodovia Régis Bittencourt (que liga São Paulo a Curitiba, no Paraná), ocorrido às 6h30 de ontem, provocou a morte de quatro pessoas e ferimentos leves em outras duas. O choque, ocorrido no km 234 da rodovia, próximo à cidade de Juquitiba (78 km a sudoeste de São Paulo), provocou também a interdição das pistas, nos dois sentidos, do horário do acidente até as 18h30. Logo após a liberação, o tráfego ficou lento por algum tempo.

O Fusca de chapas JK 8638 SP teria se chocado — segundo a Polícia Rodoviária Federal — com o caminhão Mercedes Benz CX 5625 PR, cujo motorista, Antônio Valenço, 24, sofreu ferimentos leves. Todos os ocupantes do Fusca (Paulo Miasaki, 28; Teresa Miasaki, 58; Maria Valença, 20; e Julieta da Conceição, 55) morreram no local. O motorista do

Prefeito de cidade do Ceará é morto por desconhecido

Do correspondente em Fortaleza

O prefeito de Maracanaú (município da região metropolitana de Fortaleza, capital do Ceará), Almir Freitas Dutra (PDS), morreu anteontem, às 23h30, após ser atingido na cabeça por disparos de revólver. O crime ocorreu quando Dutra e sua mulher, Angela Maria, saíam de uma churrascaria da cidade, nas proximidades da casa do prefeito. Segundo testemunhas, o casal voltava a pé para casa quando um homem mascarado aproximou-se e disparou contra o prefeito.

O fotógrafo Sebastião de Moura Alves, que estava perto de Dutra, disse que o autor dos disparos tinha o rosto coberto por uma máscara carnavalesca, da mesma forma que dois outros homens que o acompanhavam. Ainda segundo ele, os três mascarados fugiram em um Corcel preto sem placas.

Dutra foi peça-chave para a realização do plebiscito que decidiu pela separação distrito de Maracanaú de

Em MG é preso acusado de assalto a caminhoneiros

Das Agências

Foi preso ontem num sítio localizado na zona oeste de Belo Horizonte (MG) o motorista de caminhão Francisco Pereira de Souza, acusado de integrar a quadrilha de assaltantes de caminhoneiros que atua na rodovia Rio-Bahia. Segundo o delegado do Dops mineiro Renato Trade, autor da prisão, desde dezembro Francisco se escondera no sítio, cujo dono é identificado como Hilton, funcionário da siderúrgica Mannesmann. Hilton seria um dos maiores receptadores de cargas roubadas de caminhões.

O delegado Trade disse que Francisco aliciava caminhoneiros para que simulassem assaltos, passando a carga para a quadrilha, sobretudo bobinas de aço inoxidável e chapas de ferro. Em seguida, faziam denúncia de assalto à polícia. De posse do caminhão, a quadrilha o desmontava para vender as partes. Ocasional

Fonte: FOLHA DE S. PAULO (1987)

ANEXO C – Tabela com terminologias LGBTQ+ e suas respectivas definições

Sexo	Anatômico e biológico, baseado em órgãos sexuais internos e externos, cromossomos e hormônios sexuais.
Intersexo	Uma variedade de condições em que uma pessoa nasce com anatomia reprodutiva ou sexual que não se enquadra nas definições típicas de feminino ou masculino.
LGBTQ+	Uma sigla para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer (ou às vezes questionadores) e todas as outras minorias sexuais e de gênero.
Gênero	Psicológico e social; refere-se às características de homens ou mulheres que são socialmente construídas.
Identidade de gênero	Psicológico; refere-se ao sentido inerente de ser homem ou mulher, algo entre ou agênero.
Disforia de gênero	Ansiedade subjacente ou incessante quando o gênero expresso por um indivíduo é diferente daquele que lhe foi atribuído no nascimento.

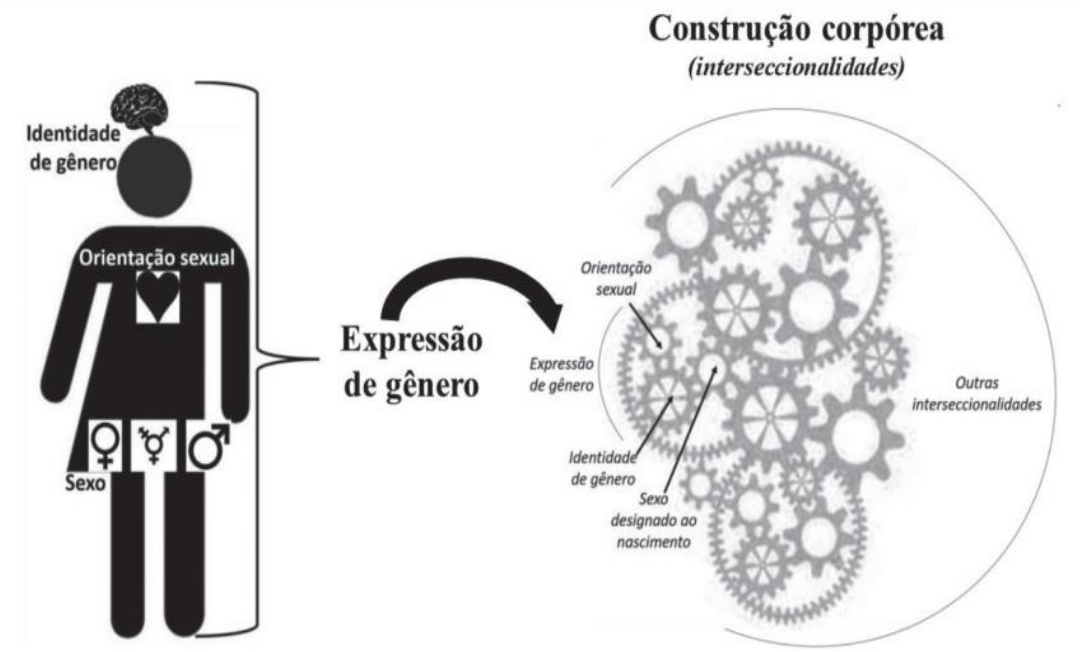
Transgênero	Um termo genérico que abrange aqueles cujas identidades de gênero ou papéis de gênero diferem daqueles tipicamente associados ao sexo que lhes foi atribuído no nascimento.
FTM/MTF	FTM: Feminino para masculino; uma pessoa que se identifica como homem e cujo sexo ao nascer foi atribuído como feminino (homem trans); MTF: Masculino para feminino; uma pessoa que se identifica como mulher e cujo sexo ao nascer foi atribuído como masculino (mulher trans).
Cisgênero	Um indivíduo cuja identidade de gênero e expressão de gênero se alinham com o sexo atribuído no nascimento.
Transexual	Um termo desatualizado reservado para uma pessoa transgênero que passou por algum tipo de transição corporal para se conformar com uma identidade de gênero que não corresponde ao seu sexo atribuído.
Genderqueer, não binário, gênero fluido, agênero	Um indivíduo cuja identidade de gênero não se alinha com uma compreensão binária de

	gênero, incluindo aqueles que se consideram tanto masculino quanto feminino, entre os dois gêneros, terceiro gênero ou algo totalmente fora do gênero (agênero).
Gênero não conforme	Um indivíduo cuja identidade de gênero ou expressão de gênero difere das normas de gênero associadas ao sexo que lhe foi atribuído no nascimento.
Transição	O processo de mudança para um papel de gênero diferente daquele atribuído no nascimento, que pode incluir uma transição social (novos nomes, pronomes, roupas) e uma transição médica (terapia hormonal, cirurgia).
Afirmação de gênero	Em vez de terminologias ultrapassadas, como mudança de sexo e redesignação de gênero, intervenções de afirmação de gênero são usadas para descrever as diversas maneiras pelas quais os indivíduos escolhem alinhar seus corpos à sua identidade de gênero. Essas intervenções podem incluir bandagem torácica, compressão ou compactação genital,

	depilação, terapias hormonais e cirurgia.
Expressão de gênero	Como uma pessoa age, se veste, fala e se comporta para mostrar seu gênero.
Estresse minoritário	Níveis cronicamente elevados de sofrimento psicológico sofridos por membros de grupos minoritários estigmatizados.
Cisnormativo	A suposição de que todos têm uma identidade de gênero que corresponde ao sexo atribuído.
Heteronormativo	A suposição de que a heterossexualidade é a orientação sexual padrão.
Cuidados informados sobre traumas	Uma abordagem de cuidado que reconhece o impacto de experiências traumáticas passadas e presentes.

Fonte: Tamrat, 2022, p.132.

ANEXO D - Diagrama da construção corpórea a partir da interação entre sexo, gênero, sexualidade, expressão de gênero e interseccionalidades.



Fonte: Almeida et al., 2024, p.4.